



Programação
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
DIREITO PREVIDENCIÁRIO (RGPS) PÓS EC 103/2019

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 19 de março a 22 de maio de 2024		
DATA E HORÁRIO	De 27 de maio até 21 de junho de 2024. Aulas síncronas em: 03, 10 e 17 de junho, das 9h às 10h		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada;	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle http://virtual.emerj.com.br/ e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Aposentadorias Programadas - Estrutura Previdenciária Brasileira; Aposentadorias programadas após a EC 103/2019. Benefícios por incapacidade - Auxílio por incapacidade temporária; auxílio acidente; aposentadoria por incapacidade permanente. Pensão por morte - Regras de concessão de pensão por morte. Acumulação de pensão com outra pensão ou com aposentadoria.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Direito Previdenciário Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas relacionados a solução de demandas previdenciárias		

JUSTIFICATIVA	<p>As Resoluções CNJ nº. 313/2020, nº. 314/2020 e nº. 329/2020, editadas em razão da crise de saúde pública, já haviam reconhecido que a atividade jurisdicional tem natureza essencial e deve ser prestada de forma ininterrupta, tendo buscado assegurar condições mínimas para sua continuidade durante a pandemia, ao mesmo tempo em que se preservava a saúde de magistrados, agentes públicos, advogados e usuários em geral.</p> <p>Nesse passo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia fomentado o trabalho remoto de magistrados, servidores e colaboradores, buscando soluções de forma colaborativa com os demais órgãos do sistema de justiça para realização de todos os atos processuais⁴, inclusive disponibilizando a todos os juízos e tribunais uma plataforma para realização de atos virtuais por meio de videoconferência, nos termos da Portaria CNJ nº. 61, de 31/03/2020.</p> <p>Nesse sentido, torna-se útil capacitar os magistrados, com competência para julgamento de questões previdenciárias do Regime geral de Previdência Social, seja no âmbito das questões afetas a acidente do trabalho, seja também para a solução de demandas de benefício comuns (previdenciários), aproximando a magistratura fluminense dos beneficiários, pessoas notoriamente carentes e hipossuficientes, cujas prestações de natureza alimentar precisam ser resolvidas em prazo razoável e de forma eficiente.</p>
OBJETIVO GERAL	<p>O magistrado, ao final do curso, estará apto a bem decidir sobre questões relacionadas a benefícios previdenciários do RGPS, acidentários ou não, de forma mais ágil e de acordo com os princípios de funcionamento da Justiça 4.0.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)	<p>Ao final do Módulo 1, o magistrado será capaz de julgar processos previdenciários que tenham por objeto as novas modalidades de aposentadorias programadas, na forma prevista pela Emenda Constitucional nº 103/2019.</p> <p>Ao concluir o Módulo 2, o magistrado estará capacitado a decidir questões previdenciárias referentes a benefícios por incapacidade, acidentários ou não.</p> <p>O magistrado, ao final do Módulo 3, será capaz de proferir decisões de mérito em ações nas quais se discutam aspectos da pensão por morte.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenador e Tutor Marcelo Leonardo Tavares Juiz federal do TRF – 2ª. Região desde 1998. Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II/FR), com pós-doutorado em Direito Público pela Université Lyon III/FR e em Direito Previdenciário pela Université de Bordeaux. Mestre em Direito Público</p>

	<p>pela UERJ. Coordenador de Direito Previdenciário da EMERJ. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8041112014725916</p> <p>Tutora Caroline Somesom Tauk Juíza Federal desde 2012. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região - EMARF. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Atualmente juíza auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8869436723142702</p>
<p>AULAS SÍNCRONAS</p>	<p>Marcelo Leonardo Tavares Juiz Federal do TRF – 2ª. Região desde 1998. Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II/FR), com pós-doutorado em Direito Público pela Université Lyon III/FR e em Direito Previdenciário pela Université de Bordeaux. Mestre em Direito Público pela UERJ. Coordenador de Direito Previdenciário da EMERJ. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8041112014725916</p> <p>Caroline Somesom Tauk Juíza Federal desde 2012. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região - EMARF. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8869436723142702</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Marcelo Leonardo Tavares Juiz Federal do TRF – 2ª. Região desde 1998. Professor Associado de Direito Previdenciário da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Público pela UERJ/Université Panthéon-Assas (Paris II/FR), com pós-doutorado em Direito Público pela Université Lyon III/FR e em Direito Previdenciário pela Université de Bordeaux. Mestre em Direito Público pela UERJ. Coordenador de Direito Previdenciário da EMERJ. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8041112014725916</p> <p>Caroline Somesom Tauk Juíza Federal do TRF – 2ª Região. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região - EMARF.</p>

	Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8869436723142702
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	Curso elaborado em 3 módulos com duração de uma semana cada, além do módulo de ambientação e o módulo da atividade final. Nos 3 módulos haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, duas vídeo aulas de 30 minutos cada, um encontro síncrono, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa. Será adotada a Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão) e as ferramentas ativas Mural Virtual, Glossário e Wiki.
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período: de 27/05 e 28/05 Carga horária: 2 horas	Neste período, ocorrerão as boas-vindas ao curso, sendo apresentado o Guia do Estudante e tutorial de navegação, com apresentação de vídeo com a estrutura do curso pelo coordenador.
Módulo 1 Período: de 29/05 a 04/06 Carga horária: 5 horas Aula síncrona em 03/06 das 09 às 10h	MÓDULO 1 – Aposentadorias Programadas Ementa: Estrutura Previdenciária Brasileira. Aposentadorias programadas após a EC 103/2019. Vídeo aula 1 Tema: Estrutura Previdenciária brasileira Conteúdo programático: os sistemas público e privado de seguro previdenciário do Brasil Vídeo aula 2 Tema: Aposentadorias programadas após a EC 103/2019 Conteúdo Programático: Aposentadoria programada; aposentadoria por idade rural; aposentadoria do professor; aposentadoria do deficiente físico; aposentadoria especial Docente: Marcelo Leonardo Tavares

	<p>Encontro síncrono no dia 03/06 das 09h às 10h</p> <p>Avaliação Diagnóstica e o tema: O eixo de modificação da EC/103 no RGPS</p> <p>Conteúdo programático: Principais alterações trazidas pela EC 103/2019 nas aposentadorias programadas</p> <p>Docente: Marcelo Leonardo Tavares.</p> <p>Ferramenta Ativa: Mural Virtual</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos</p> <p>Tutor do módulo: Marcelo Leonardo Tavares</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <p>As Aposentadorias no RGPS (Material Didático)</p> <p>Material complementar obrigatório:</p> <p>EC 103/2019 e Aposentadorias no RGPS. Disponível em:</p> <p>https://youtu.be/yoqEZ-YP8tw</p> <p>Vídeo - 25 min</p> <p>Leitura complementar:</p> <p>CASTRO, Carlos Alberto pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Gen, 2019, capítulo 37. (PDF)</p>
<p>Módulo 2</p> <p>Período: de 05/06 a 11/06</p> <p>Carga horária: 5 horas</p> <p>Aula síncrona: 10/06, das 09h às 10h</p>	<p>MÓDULO 2 – Benefícios por incapacidade</p> <p>Ementa: Auxílio por incapacidade temporária; auxílio acidente; aposentadoria por incapacidade permanente</p> <p>Vídeo aula 1</p> <p>Tema: O acidente do trabalho. Auxílio por incapacidade temporária</p>

Conteúdo programático: O acidente do trabalho. Auxílio por incapacidade temporária acidentário e previdenciário

Docente: Caroline Someson Tauk

Vídeo aula 2

Tema: Aposentadoria por incapacidade permanente e auxílio acidente

Conteúdo Programático: Auxílio acidente e aposentadoria por incapacidade permanente acidentários e previdenciários

Docente: Caroline Someson Tauk

Encontro síncrono no dia 10/06, das 09h às 10h

Tema: A EC 103/2019 e os benefícios por incapacidade

Conteúdo programático: As principais alterações trazidas pela EC 103/2019 nos benefícios por incapacidade

Docente: Caroline Someson Tauk.

Ferramenta ativa: Glossário

Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.

Tutora do módulo: Caroline Someson Tauk

Leitura obrigatória:

IBRAHIM, Fábio Zamitte; BRAGANÇA, Kerlly Huback e FOLMANN, Melissa. *Curso de Direito Previdenciário* - benefícios por incapacidade permanente. pg 585 a 595. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.

IBRAHIM, Fábio Zamitte; BRAGANÇA, Kerlly Huback e FOLMANN, Melissa. *Curso de Direito Previdenciário*. Auxílio acidente. Rio de Janeiro: Impetus, 2021. Pg. 666 a 671.

IBRAHIM, Fábio Zamitte; BRAGANÇA, Kerlly Huback e FOLMANN, Melissa. *Curso de Direito Previdenciário*. incapacidade temporária. Rio de Janeiro: Impetus, 2021 pg. 638 a 651.

Leitura complementar:

	<p>IBRAHIM, Fábio Zamitte; BRAGANÇA, Kerlly Huback e FOLMANN, Melissa. <i>Curso de Direito Previdenciário - benefícios por incapacidade permanente</i>. pg 575-677. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.</p>
<p>Módulo 3</p> <p>Período: de 12/06 a 18/06</p> <p>Carga horária: 5 horas</p> <p>Aula síncrona em 17/06, das 09h às 10h</p>	<p>MÓDULO 3 – Pensão por Morte</p> <p>Ementa: Regras de concessão de pensão por morte. Acumulação de pensão com outra pensão ou com aposentadoria</p> <p>Vídeo aula 1</p> <p>Tema: Pensão por Morte</p> <p>Conteúdo programático: Regras de concessão de pensão por morte</p> <p>Docente: Marcelo Leonardo Tavares</p> <p>Vídeo aula 2</p> <p>Tema: Acumulação de pensão por morte com aposentadoria e com pensão</p> <p>Conteúdo programático: Acumulação de pensão por morte com aposentadoria e com pensão</p> <p>Docente: Caroline Somesom Tauk.</p> <p>Encontro síncrono dia 17/06, das 09h às 10h</p> <p>Tema: A EC 103/2019 e a pensão por morte</p> <p>Conteúdo programático: As principais alterações trazidas pela EC 103/2019 na pensão por morte</p> <p>Docentes: Marcelo Leonardo Tavares.</p> <p>Ferramenta ativa: Wiki</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p> <p>Tutor(es) do módulo: Marcelo Leonardo Tavares e Caroline Somesom Tauk</p>

	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Gen, 2019, Seção 39.1.</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</p> <p>Material didático. Nascimento, Mateus. UERJ. Pensão, Salário Maternidade, Salário Família e Auxílio Reclusão.</p> <p>Acumulação de Benefícios e Simulações (PDF)</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Período: de 19/06 a 21/06</p> <p>Carga horária: 3 horas</p>	<p>Estudo de caso para avaliação final</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Registro Reflexivo</p>
<p>AVALIAÇÃO</p> <p>(Total 100 pontos)</p>	<p>1º. Módulo: Resposta ao fórum: 10 pontos Mural Virtual: 5 pontos Aula Síncrona: 5 pontos Total do Módulo: 20 pontos</p> <p>2º. Módulo Resposta ao fórum: 10 pontos Glossário: 5 pontos Aula Síncrona: 5 pontos Total do Módulo: 20 pontos</p> <p>3º. Módulo Resposta ao fórum: 10 pontos Wiki: 5 pontos Aula Síncrona: 5 pontos Total do Módulo: 20 pontos</p> <p>Avaliação final: 40 pontos.</p>

CERTIFICAÇÃO	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>
---------------------	--

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.

7. DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO. A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br